

Alimentação animal

Governo deve priorizar produção de rações

N. 15/8
92

— defendem especialistas na matéria num «workshop»

O Governo, através das entidades estatais responsáveis pelas fábricas de misturas (rações), deve dar prioridade à resolução dos problemas que elas enfrentam pois, disso depende o futuro da produção animal no país. Esta posição foi defendida no decurso do «workshop» sobre misturas usadas na alimentação animal, que ontem terminou nesta urbe. Para que esta tarefa seja levada a bom termo, é necessário definir uma estratégia global que passa pela criação de uma legislação adequada que possa guiar os produtores de rações.

O desenvolvimento da pecuária em Moçambique, segundo defenderam, passa igualmente pela alocação de recursos, afectação de quadros

experientes, criação de condições infra-estruturais, bem como da importação de meios e tecnologias.

Actualmente existe no país, com

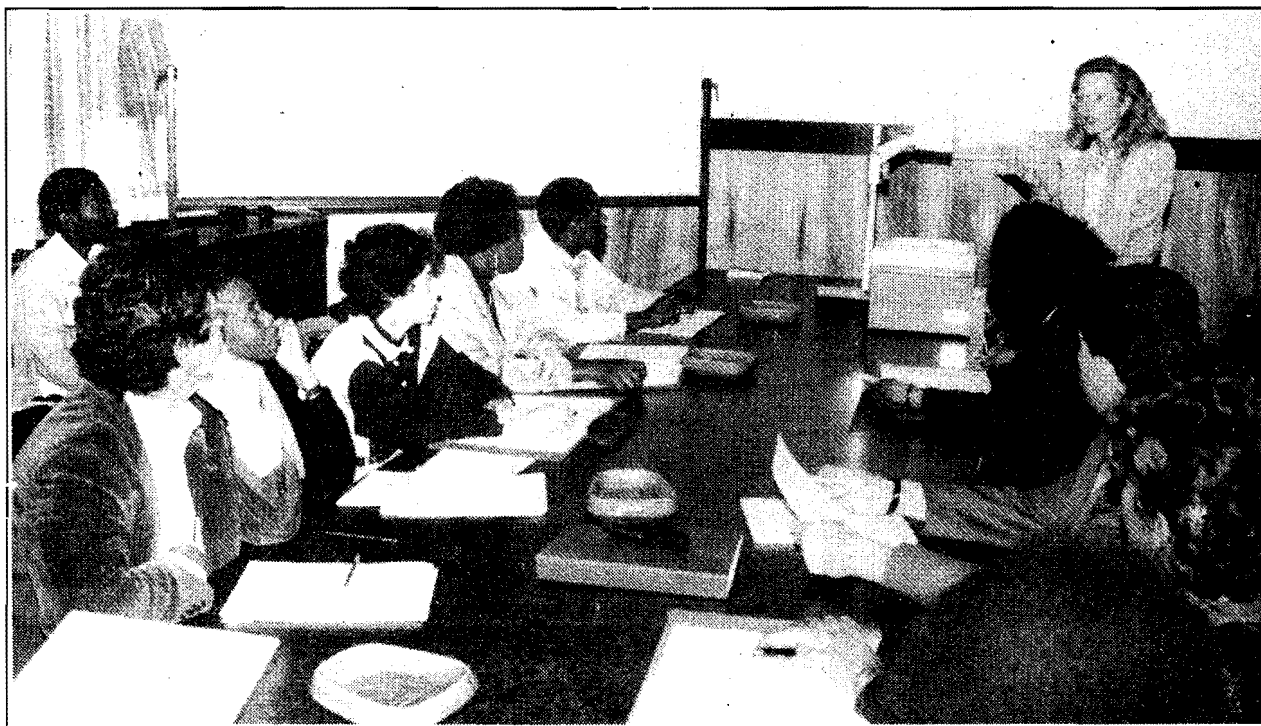
particular incidência na cidade de Maputo, uma população animal bastante alta, como resultado das políticas de desenvolvimento agro-

mínimo de eficiência, aproveitando-se a pouca matéria-prima disponível, conforme propuseram os participantes.

Uma das principais propostas contidas no documento final é da necessidade de haver um controlo da qualidade das rações produzidas, assim como de uma legislação apropriada no uso dos produtos no processo de fabrico dos alimentos de animais.

O encontro, que ontem terminou, reuniu durante três dias médicos veterinários, docentes da Faculdade de Veterinária da Universidade Eduardo Mondlane, produtores de rações e agro-pecuários sediados na cidade de Maputo.

Segundo Patrocínio da Silva, membro do Conselho Científico e Deontológico da Associação de Veterinários de Moçambique, as propostas avançadas no encontro vão ser canalizadas às estruturas de direito, que vão investigar sobre a possibilidade de se tomar como base de definição de políticas e criação de uma regulamentação adequada para o sector de produção de misturas usadas na alimentação animal.



-pecuário levadas a cabo após a independência. Contudo, as capacidades de fabricação das rações não correspondem às necessidades de consumo e muitas vezes a sua qualidade deixa muito a desejar.

Na origem destes factos, segundo foi apontado, está a falta de coordenação entre as estruturas directamente envolvidas no processo, como são os casos dos Ministérios da Agricultura, do Comércio e da Indústria e Energia, nas formas de utilização dos poucos recursos disponíveis para a fabricação das rações.

Conforme foi referido no encontro, esta falta de coordenação tem feito com que, matéria-prima produzida localmente, como é o caso do bagaço, em vez de ser canalizada à fabricação de rações no país, é simplesmente exportada.

«Para que se garanta a produção de alimentos ricos em proteínas para a população, é necessário que a produção animal seja estabelecida como sendo importante e esta é suportada pelas fábricas de rações que são as produtoras dos alimentos» — disse um dos intervenientes, que destacou a necessidade de se proteger o empresariado nacional.

Na fase actual, caracterizada pela falta de matéria-prima, os produtores de rações devem incentivar o uso de promotores de crescimento que garantam aqueles produtos com o